



RELATÓRIO DE CONTAS E GERÊNCIA - ANO DE 2019



MESSINES
CASA DO POVO

Junho de 2020

Índice



1. **Nota da Direção**
2. **Princípios de Ação**
3. **Respostas Sociais e Educativas (Infância e Juventude):**
 - a. Creche
 - b. Jardim de Infância – Ensino Pré-Escolar
 - c. Centro de Atividades de Tempos Livres
 - d. AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular
4. **Centro Comunitário (Resposta Social – Família e Juventude):**
 - a. Atividades de Animação Sociocultural (Desporto, Cultura e Lazer)
 - b. Atividades de Apoio Comunitário e Social
 - i. “Tabulândia” – Academias Conhecimento Gulbenkian
 - ii. “SMI – Somos Mesmo Inclusivos” – CLDS4G, Contrato Local de Desenvolvimento Social, concelho de Silves
5. **Objetivos Operacionais**
 - a. Repostas Sociais e Educativas
 - b. Centro Comunitário
 - c. Gestão, Serviços Administrativos e Operacionais
6. **Recursos Humanos e Físicos**
7. **Grau de Execução do Plano de Atividades Pontuais**
8. **Relatório de Gestão 2019 – Notas Explicativas**

Documentos anexos
9. **Relatório de Gestão 2019 – Mapas Contabilísticos**
10. **Parecer do Conselho Fiscal**

1. Nota Da Direção

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a circled '2', a signature, and the date '7 de Abril 2020'.

Fazendo cumprir os estatutos da Instituição, a Direção, sob proposta da equipa técnica, vem apresentar e solicitar a respetiva aprovação do presente relatório de contas e gestão do ano de 2019, à Assembleia Geral de Sócios.

2019 foi um ano de trabalho árduo, para atingir os objetivos delineados em anos anteriores, nomeadamente na área da Saúde Mental e na melhoria de todo o nosso edificado, uma vez que iniciamos as obras de reestruturação de parte do nosso edifício para o funcionamento da resposta social na área da Saúde Mental - USO+EAD e as melhorias ao nível da condição térmica do edificado e da regularização de todo o equipamento de segurança contra incêndios.

Na área das AEC, conseguimos manter os projetos nos agrupamentos de escolas iniciados no ano letivo de 2018, o que é bastante positivo financeiramente para a instituição, bem como um orgulho, por continuarmos a ser uma referência na região do Algarve, no âmbito das AEC, das quais somos entidade promotora / parceria em 6 agrupamentos: Silves, Silves Sul, Ferreiras, Montenegro, Escolas D. Dinis, Quarteira e D. Manuel I, Tavira. Este é um projeto que iniciou há mais de 10 anos e que pelo seu excelente (des)empenho continua a crescer.

No âmbito das respostas sociais e educativas (Creche /Pré-escolar /CATL) conseguimos prestar os respetivos serviços de forma adequada aos nossos utentes, porém só o pré-escolar consegue apresentar um resultado positivo.

No âmbito do centro comunitário, prestamos diversos serviços e atividades que preencheram os tempos livres dos jovens e adultos que frequentam as nossas atividades, bem como prestamos um vasto apoio social na área alimentar a um número significativo de famílias da nossa freguesia. Este ano, este centro de custo, não foi positivo, como em anos anteriores, principalmente, por estar nele o lançamento das obras realizadas no edifício.

Assim, com um grande esforço financeiro, terminamos o ano a aguardar o despacho governamental para a abertura da Unidade Sócio Ocupacional e Uma Equipa de Apoio Domiciliário, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados de Saúde Mental, que acolherá beneficiários adultos com experiência de doença mental, que não só dará uma resposta a uma necessidade efetiva na região, como se espera que ajude de melhorar os resultados globais desta instituição.

Posto isto, e não esquecendo o nosso passivo (que ainda que tenha vindo a ser reduzido ao longo dos anos, aumentou significativamente com o investimento efetuado este ano), afirmamos que a luta tem sido árdua, mas que a busca incessante por alternativas complementares de financiamento próprios e viáveis têm tornado possível manter esta Instituição em pleno funcionamento.

Assim, 2019, terminou com um resultado operacional negativo de 46.120,53€, valor este amplamente afetado pelas obras que ocorreram, mas que foram um meio para atingir um fim, que se espera contornar nos próximos anos, através da abertura de respostas sociais mais rentáveis que possam contribuir para o aumento da receita mensal, bem como, para a divisão de gastos estruturais, das nossas infraestruturas.

A Direção

2. Princípios de Ação

Tendo a Casa do Povo adotado a filosofia de trabalho dos Centros Comunitários, que desponta num ambiente amistoso, onde se pretende que as pessoas tenham liberdade e sejam conscientes, proporcionando relações de entajuda, cooperação e polivalência, a mesma encontra-se a atuar através de estruturas polivalentes de vocação social global, que abarca atividades e serviços cuja finalidade tem em vista a promoção e integração social dos indivíduos e das famílias, fomentado a sua participação e voluntariado, para tal, a nossa visão, missão e valores assentam os itens abaixo descritos.

Handwritten notes:
P
7
Qualidade

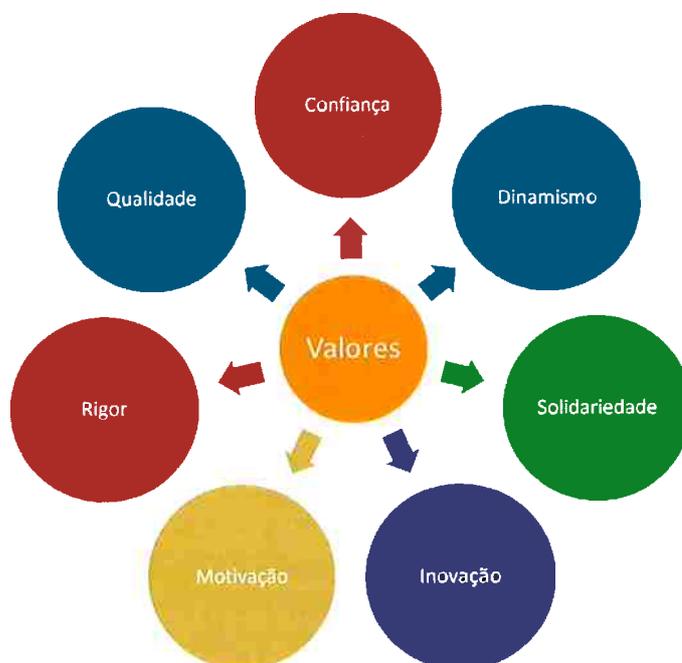
Missão

A Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines tem como missão contribuir para o desenvolvimento da comunidade na área social, educativa, desportiva, cultural, saúde e de lazer, pautada por um serviço integrado de qualidade e proximidade.

Visão

A Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines será reconhecida como uma instituição dinâmica e confiável que presta um serviço de qualidade, capaz de promover o desenvolvimento global e harmonioso dos indivíduos através de uma intervenção integrada e inovadora nas suas diferentes respostas.

Valores



Áreas de Atuação

A Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines, atua com base na filosofia de funcionamento dos Centros Comunitários, como tal atua através de estruturas polivalentes de vocação social global, abrangendo atividades

e serviços cuja finalidade é a promoção e integração social de indivíduos e de famílias, fomentando a sua participação e voluntariado.

A partir de 2019, sua intervenção divide-se em 3 grandes frentes, nomeadamente as **RESPOSTAS SOCIAIS E EDUCATIVAS** o **CENTRO COMUNITÁRIO**, (com uma ampla atuação de áreas: Apoio Comunitário e Social, nas Atividades Desportivas, Culturais e de Lazer) e nas **RESPOSTAS SOCIAIS PARA A SAÚDE** (Saúde Mental, Deficiência e Incapacidade) conforme simbolizado na nossa atual imagem de marca. As atividades desenvolvidas em cada uma delas são as descritas nos quadros apresentados abaixo.



3. Respostas Sociais e Educativas (Infância e Juventude):

Handwritten notes:
10
7
8

Respostas Sociais e Educativas

- Creche
- Jardim de Infância - Pré-Escolar
- CATL
- AEC's
- Atividades pontuais e festivas: feirinha de São Martinho, festa de natal, festa da família e festa da escola e da comunidade - encerramento do ano letivo)

Número de utentes por Respostas Sociais e Educativas

Valências	Faixa Etária	Capacidade	Acordo	Frequência
1-Creche	3 aos 36 meses	48	37	48
2-Pré-Escolar	3 aos 6 anos	75	57	75
3 - Centro de Atividades de Tempos Livres	1º,2º,3º Ciclo	59	59	50

Total de 173 utentes

Projetos / Serviços	Faixa Etária	Acordo /Frequência
AEC – Silves	1ºCiclo	450
AEC – SILVES Sul		369
AEC – Ferreiras		810
AEC - Montenegro		380
AEC – Agr. Escolas D. Dinis, Quarteira		350
AEC – Agr. Escolas D. Manuel I, Tavira		450

Ano letivo 2018/2019 – Total de 2511 alunos

Ano letivo 2019/2020 - Total de 2809 alunos

Projeto educativo

2019/2020 - Título: "crescer saudável" - dimensão sócio-emocional

4. Centro Comunitário (Resposta Social – Família e Juventude)

O Centro Comunitário está dividido em duas grandes áreas de atuação, que por sua vez se dividem em áreas e atividades funcionais: **Apoio Comunitário e Social** e **Atividades de Animação Socio Cultural**. Esta, última corresponde às atividades desportivas, culturais e de lazer.

Apoio Comunitário e Social

- Preenchimento do Imposto de Rendimento Singular (IRS);
- Atendimento / Encaminhamento e Acompanhamento, para outros serviços, promovendo a descentralização de alguma informação, para os mais desfavorecidos;
- Comunicação - Difusão de informação interna e externa: Newsletters, Website e WebTv
- Banco Alimentar
- Cantina Social,
- FEAC - POAPMC - Programa Operacional de Apoio Alimentar aos Mais Carenciados
- Cedência de Espaços / Equipamentos
- Voluntariado
- Apoio e acompanhamento às famílias, dos utentes/clientes da Instituição
- Geração M - Atividades Juvenis
- Projetos Sociais e Comunitários:
- **Tabulândia - Academia do Gulbenkian Conhecimento**
- **CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social - Intervenção Familiar e Parental, preventiva da Pobreza Infantil**

Desporto e Lazer

- Atividades Regulares Federadas (Desportos Coletivos, de Combate e Adaptado)
- Atividades Regulares Não Federadas
- Atividades Desportivas Pontuais Colónia / Campos de férias para crianças e séniores
- Turismo Social / Hospedagem - Mussiene House (desde 2013)

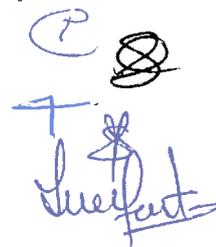
Cultura

- Atividades regulares
- Atividades pontuais

Número de utentes por Atividades Funcionais do Centro Comunitário:

- **Atividades de Animação Sociocultural (Desporto, Cultura e Lazer)**

Desporto	F	M	Total
Natação-Manhã	16	9	25
Natação-Tarde	11	13	24
Hidroginástica	18	3	21
Natação Adaptada – Sorrir M	3	4	7
Ginástica Iniciação	22	3	25
Ginástica Desenvolvimento	18	5	23
Ginástica Especialização	13	4	17
Ginástica Competição	29	6	35



Ginástica Com Todos	1	2	3
Jogo do Pau	0	10	10
Andebol Bambis e Minis	23	25	48
Atletismo	23	25	48
Lutas Amadoras	12	15	27
Judo	20	11	31
Treino Funcional	22	4	26
Andebol em Cadeira de Rodas	0	14	14
Andespecial	4	6	10
Ténis de Mesa Adaptado	0	5	5
Gymsense	18	30	48
Motricidades - 2 aos 5 anos	40	35	75
Marcha-Corrida	16	1	17
TOTAL	257	230	539

	Cultural	F	M	Total
Grupo Coral		8	2	10
Guitarras		4	4	10
Escola de Acordeão		4	8	12
Dança (3 - 6 anos)		8	0	8
Dança (6 - 10 anos)		2	0	2
Clube da Batucada Aulas Abertas (SBM+SMS)		26	28	54
TOTAL		44	42	96

Campos de Férias		100
Crianças e Jovens		80
Seniores		20

(com base em utentes inscritos a 04/11/2019 e ou previsão de frequência para 2020)

b. Atividades de Apoio Comunitário e Social

Apoio Comunitário e Social

Banco Alimentar	193
POAPMC-FEAC	110
Projeto Sorrir M	83
	13

Atividades Formativas **23**

Atividades Juvenis – Geração M: Projetos Erasmus

*Participação em Projetos Erasmus por convite, sem previsão exata de participação de nº de utilizadores

Total de Utentes do Centro Comunitário = 948 Utilizadores / Beneficiários

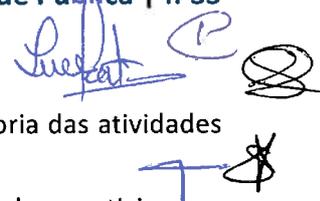
Na área de projetos, há a referenciar que a CPSBM, em 2019, candidatou-se a dois projetos de intervenção de desenvolvimento a nível social e educacional:

i. **“Tabulândia” – Academias Conhecimento Gulbenkian** – Projeto financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, para a implementação e avaliação dos benefícios da atividade da “Tabulândia” (prática de jogos de tabuleiros e sociais), nas atividades das AEC, em crianças de 1º ciclo, como promotores de competências sociais e emocionais nas crianças durante o ano letivo de 2019/2020. A equipa técnica deste projeto é financiada pela Fundação (Coordenadora e Psicóloga) e pelo próprio financiamento das AEC (Técnicos).

ii. **“SMI – Somos Mesmo Inclusivos” - CLDS 4G, Contrato Local de Desenvolvimento Social**, no concelho de Silves, o programa de intervenção no âmbito do financiamento do Programa Operacional Regional do Algarve – Cresce 2020, que atuará no âmbito do Eixo 2 – Intervenção Familiar e Parental, Preventiva, da Pobreza Infantil, que tem por base ações dirigidas prioritariamente, aos agregados familiares de baixo rendimentos, com crianças. O Projeto terá uma duração de 3 anos, com uma dotação orçamental de 352 mil euros e contará com uma equipa multidisciplinar de 2 técnicos a tempo inteiro (Coordenadora e Psicóloga) e 2 Técnicos a tempo parcial (Educadores Sociais). O âmbito de atuação territorial será o concelho de Silves, sendo por isso um trabalho itinerante que terá uma ação interventiva bastante pró-ativa junto dos agentes locais, sendo, portanto, uma alavanca para o reforço do trabalho em rede dos mesmos.

5. Avaliação de Execução dos Serviços Prestados no Ano

Apresentadas as respostas sociais e o universo para o qual trabalhamos apresentamos a avaliação da execução dos serviços prestados em 2019:



a) Respostas Sociais e Educativas

- Quantos aos objetivos estabelecidos para o ano 2019 foram atingidos, pois a maioria das atividades foram realizadas com sucesso.
- Foram garantidas a igualdade de oportunidades a todos os grupos e famílias de modo a participarem nas atividades e eventos propostos.
- Os estilos de vida saudáveis foram trabalhados quando proporcionamos aos grupos de crianças várias ações e práticas saudáveis, desde a recolha de plásticos e sua reutilização, recolha de roupas e sua doação a famílias necessitadas. Apoio às equipas de rua na limpeza urbana e separação do lixo e os cuidados a ter com a poluição da atmosfera e dos oceanos.
- Recorremos à ALGAR como parceiro, no projeto de recolha e troca de plásticos por material escolar, ao cinema a 3 D no planetário itinerante da ODISSEIA EMERSIVA e a alguns serviços da comunidade local, como a guarda florestal e proteção civil.
- Proporcionamos às crianças várias experiências através do visionamento de peças de teatro, concertos de música e algumas visitas a atividades da comunidade.
- Ao longo do ano foram propostos momentos conjuntos de partilha entre pais e técnicos, através das festas, atividades de sala e reuniões.
- Foi elaborada a exposição em abril com o tema “Mobile família” com a participação dos pais, em que cada família construiu um mobile sobre o tema.
- Foram mantidos alguns mecanismos de comunicação interna e externa com as famílias (grupos do facebook, registos diários de comportamento e rotina, caderno de recados e reuniões).
- No âmbito do apoio à parentalidade foi desenvolvido 1 workshop sobre parentalidade positiva e a roda das emoções.
- Foram organizadas reuniões de equipa onde foram apresentadas estratégias pedagógicas para lidar com alguns problemas que foram surgindo nos grupos de crianças.

- No que se refere às AEC, o ano de 2019 foi um ano de continuidade do trabalho iniciado, que levou a atingirmos um raio de atuação em 6 agrupamentos. Assim, é com muito orgulho que a CPSBM é uma referência na região do Algarve no âmbito das AEC, nomeadamente nos agrupamentos: Silves, Silves Sul, Ferreiras, Montenegro, Escolas D. Dinis, Quarteira e D. Manuel I, Tavira. As AEC, continuam, pois, a elevar o nome da CPSBM ao ser identificada na região como entidade de referência na gestão das AEC e ao mesmo tempo a ser uma atividade geradora de rendimentos positivos para a Instituição.

b) Centro Comunitário

No Apoio Comunitário Social:

- Neste ano, a CPSBM com a sua equipa conseguiu desenvolver diversos projetos juvenis no âmbito do Erasmus e prestou com a normalidade esperada os apoios sociais / alimentares, existentes (BA, FEAC e Cantina Social);
- No âmbito das atividades formativas, a atividade ativa em continuo são as aulas de português para estrangeiros que têm vindo a ser reorganizadas por forma a produzirem uma rentabilidade ajustada

às necessidades da instituição e ao mesmo tempo indo ao encontro das necessidades do público-alvo, em média contamos com cerca de 30 alunos por ano.

- O **Projeto Sorrir M** dedicado a pessoas com deficiência e incapacidade, “ganhou asas” e iniciou a sua viagem de transformação para uma nova resposta a integrar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados na Saúde Mental, através de uma resposta social, na área da saúde mental: **Unidade Socio ocupacional e Equipa de Apoio Domiciliário** para adultos, com uma cobertura de 20 + 8 utentes. Este ano, as suas atividades decorrem com a normalidade habitual, promovendo atividades ocupacionais e novas vivências ao grupo.

Handwritten notes:
P
7

Nas Atividades de Animação Sociocultural:

Desporto

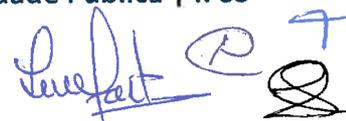
- Verificou-se um ligeiro crescimento em todas as atividades desportivas, tendo, algumas delas, atingido o limite máximo estipulado para o seu funcionamento. As principais atividades desportivas atingiram um bom nível de estabilidade, apresentando uma taxa de desistência bastante reduzida. Situação que demonstra um grau de satisfação bastante aceitável, por parte dos utentes.
- A nossa instituição aumentou a oferta desportiva disponibilizando e adequando algumas modalidades desportivas às pessoas com necessidades especiais garantindo um leque de atividades mais alargado, capaz de dar resposta aos utentes da nossa localidade.

Cultura

- As atividades culturais continuam a não ter muitos utentes, mas timidamente as atividades vão acontecendo, promovendo deste modo a educação cultural e musical a quem procura.
- De salientar que durante este ano o Grupo Coral da Casa do Povo, por uma excelente iniciativa do INATEL, teve a possibilidade de ir aturar em Unidades Hoteleiras do grupo, o que foi bastante positivo para o mesmo. Assim estes, terminaram o ano com 18 atuações.
- O “Clube da Batucada”, que tem integrado diferentes públicos e que tem tornado este projeto num projeto bastante inclusivo e multicultural, uma vez que junta pessoas com deficiência física e intelectual, jovens, adultos e crianças. Este projeto conta com o apoio da Junta de Freguesia de S. B. Messines, através da aquisição de tambores tradicionais. Este é um projeto que começou pequenino, mas que tem as condições necessárias para crescer e se tornar num ícone de Animação Cultural e Integração Social.

Lazer

- No decorrer do Verão a CPSBM voltou a dinamizar Campos de Férias para crianças, tendo os mesmos decorrido dentro da normalidade esperada.
- O Alojamento Local que dispomos, acolheu indivíduos de outras regiões e países e grupos de pessoas a preços sociais cumprindo deste modo o seu propósito.



c) Gestão, Serviços Administrativos e Operacionais

- A ponderação na gestão aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão, continua a ser um fator decisivo, particularmente numa conjuntura de grande exigência, para assegurar a regularização da situação financeira, com os Colaboradores, Fornecedores, Autoridade Tributária e Segurança Social.
- Garantir o cumprimento de todas as responsabilidades da Instituição foi um objetivo e uma realidade quotidianamente presente em todos os mecanismos de gestão e de tomada de decisão deste ano.
- Os resultados do exercício do ano transato demonstram as preocupações que, anualmente reiteramos e que de uma forma simples e objetiva todos os associados e leitores deste documento podem analisar e confirmar.
- Os serviços de suporte institucionais, nomeadamente administrativos e operacionais operaram durante este ano, com níveis satisfatórios, porém sabemos que é importante fomentar o acompanhamento continuo das chefias por forma a garantir a melhoria da sua prestação às respostas sociais institucionais e por sua vez aos clientes. No setor da cozinha foram efetuadas alterações ao nível dos recursos humanos, com o intuito de melhorar o respetivo serviço desta área, facto que levou à verificação de melhorias até ao termino do ano de 2019.

6. Recursos Humanos e Físicos

Para cumprir os desígnios acima existentes a operacionalização de todos os serviços existentes acima identificados a CPSBM contaram com os seguintes recursos:

- **Recursos Humanos**

Em 2019 a CPSBM contou com o seguinte número de colaboradores:

- Total de 134 colaboradores (trabalhadores, prestadores de serviços e estágios profissionais)

Tipo de contrato:

- Contratos a termo certo: 15
- Contratos sem termo: 32 dos quais 3 encontram-se de baixa médica superior a 30 dias;
- Contratos a termo incerto: 4
- Prestadores de serviço: 83 (sendo cerca de 75 para as AEC)

Em 2019, a Instituição permitiu que os seus colaboradores participassem em diversas ações de formação externas, cujas as quais se apresentam no quadro abaixo:

Nome Formação	Nº de Horas	Total de Colaboradores	Volume total Horas
Formação " Atendimento ao Cliente e Gestão de Reclamações"	18	1	18
Ação de Formação -De Pequenino...Mediar Leituras com Pré-Leitores	6	1	6
Formação OCEPE's 2016	4	20	80
Formação de Primeiros Socorros Pediátricos	3	3	9
Formação de Treinadores	26	3	78
Formação Viva Mais-Saúde em Segurança	1	35	35
Técnica de Ação Educativa	200	3	600
Saúde Mental nas Crianças e Jovens	1	1	1
Workshop Criativo de Planeamento de Projetos em Empreendedorismo Social	4	1	4
Formação "Ações Inspetivas do ISS, I.P."	7	5	35
Formação sobre атаção Pública	5	2	10
URIPSS Algarve - Curso Contabilidade para não Contabilistas Certificados	12	1	12
Ação de Formação- Visitas Domiciliárias	14	1	14
Ação de Formação - Equipa com Sentidos	2	3	6
VI Encontro Nacional de Utentes Cuidadores NA Área da Saúde Mental	16	3	48
«Encontro Sinergias em Saúde»	8	2	16
URIPSS Algarve - Alterações ao Código de trabalho - Lei 90/2019	4	2	8
URIPSS-Ação de Formação- Responsabilidade Legal dos Diretores Técnicos	7	2	14
II encontro da Rede Nacional Academias Gulbenkian	8	3	24
MBA - Gestão Direção Técnica / Serviços de Organizações Sociais	100	3	300
Congresso Parentalidade Consciente	8	2	16
Formação. de Formadores - Português Língua Estrangeira	21	1	21
			1355

PT
[Handwritten signature]

- **Recursos Físicos:**

A Casa do Povo funciona no seu edifício sede, com a distribuição funcional identificada no quadro abaixo.

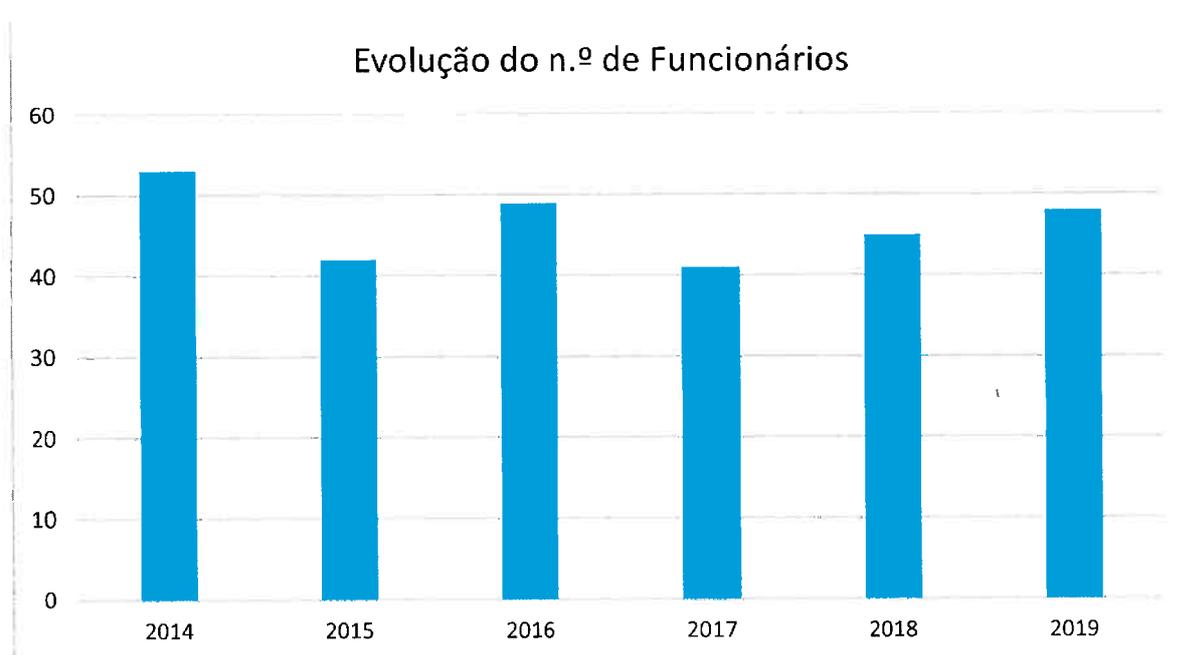
As AEC funcionam em cada Escola do 1º ciclo e as atividades aquáticas funcionam nas Piscinas Municipais de Silves.

Quadro representativo da distribuição de colaboradores por resposta social ou serviço:

Respostas Sociais E Educativas	
Creche	11 1+1 a tempo incompleto
Jardim-de-Infância	8 4+2 a tempo incompleto
Centro de Atividades de Tempos Livres	3 2 a tempo incompleto
AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular	1 5+75 a tempo incompleto
Centro Comunitário	
Apoio Comunitário e Social	4
Atividades de Animação Sociocultural	3 7 a tempo incompleto
Serviços Administrativos E Financeiros	5
Serviços Operacionais	10

Handwritten notes and signatures:
A circled 'P' with a checkmark, a circled '7', and a signature that appears to be 'Suef'.

Histórico de Evolução de Recursos Humanos de 2014 a 2019



Plano de Formação

7. . Grau de Execução do Plano de Atividades Pontuais - 2019

Handwritten notes:
P
7
\$
Lust

Mês	Área	Nome da Atividade	Dia	Grau de Execução
janeiro	Desporto	Torneio de Iniciação de Minitrampoline, Duplo Minitrampoline, Trampoline Individual e Tumbling	12 e 13	Executado com sucesso
	Desporto	IV Open Agility	5 e 6	Não Executado

Mês	Área	Nome da Atividade	Dia	Resp.
fevereiro	Desporto	Torneio de Preparação de Duplo Mini Trampoline e Tumbling	2 e 3	Executado com sucesso

Mês	Área	Nome da Atividade	Dia	Resp.
março	Jardim de Infância	Desfile de Carnaval das escolas	<u>1</u>	Executada com sucesso
	Cultura	Carnaval	<u>2 a 5</u>	Parcialmente Executada com a participação da Batucada
	Desporto	Grande Prémio de Atletismo Prémio Carlos Calado	<u>17</u>	Não Executado
	Respostas Sociais e Educativas	Ação informativa para pais – “Ambiente protegido”- Práticas de prevenção no meio local.	-	Não executado
	Respostas Sociais e Educativas	Dia da Arvore: “ Guardiões do planeta terra” – Viveiros do Cardal	21	Parcialmente executada
	Cultura	Comemorações João de Deus: Teatro Infantil	-	Não executado
	Cultura	Comemorações João de Deus: Chá das 5 – Quis Temático: João De Deus	22/03/2019	Não executado

Piso 1	<ul style="list-style-type: none"> Alojamento – Quartos, Instalações Sanitárias e Sala de Estar; Centro de Atividades de Tempos Livres – 3 Salas de Atividades, 3 Instalações Sanitárias, Bengaleiro, Atelier para Atividades, Biblioteca, sala de Atendimento aos Pais, Arrecadação, Terraço; Sala dos 5 anos de Jardim de Infância e 1 WC Jardim Inf. Zona do USO – 3 Salas Terapias Expressivas, Instalações Sanitária, Sala de Pessoal e Gabinete Técnico Creche – Berçário (3 -12meses), 2 Salas de Atividades (12-24 e 24-36 meses), Instalações Sanitárias, Cozinha, Refeitório, Gabinetes, Terraço. 	
Piso 0	<ul style="list-style-type: none"> Hall de entrada; Gabinete da Direção; Gabinete de Direção Técnica e Equipa Técnica; Receção/Secretária; Refeitório/Cozinha; Dispensa; Instalações Sanitárias; Sala Polivalente; 	<ul style="list-style-type: none"> Pavilhão desportivo; Instalações Sanitárias; Jardim de Infância - 2 Salas de Atividades, Hall, Bengaleiro, Instalações Sanitárias, Sala de Atendimento aos Pais, 2 Arrecadações; Zona do USO – Cozinha terapêutica e Hall de Entrada e IS p/ px. c/ mobilidade reduzida;
Cave	Casa das Máquinas; Lavandaria; Balneários Masculinos; Balneários Femininos	

P
7
defert

Devido à necessidade de manutenção e da reestruturação do edificado, 2019, foi um ano de grandes investimentos, nomeadamente foram realizadas as seguintes obras:

- de impermeabilização da cobertura que circunda o pavilhão e reparação de paredes interiores adjacentes a esta problemática,
- de pintura das paredes exteriores,
- de melhoria das condições térmicas das paredes e luminosidade da creche e pré-escolar, através de colocação de capoto e abertura de vãos,
- de reestruturação da ala nascendo do edificado para a integração da Unidade Sócio Ocupacional para adultos, no âmbito da Saúde Mental.

No que se refere ao parque automóvel, no fim de 2019 a CPSBM conta com seguintes viaturas:

- 1 autocarro de 27 lugares
- 3 carrinhas de 9 lugares (das quais só uma se encontra legal para transportar crianças)
- 1 carro de serviço de 2 lugares

Mês	Área	Nome da Atividade	Dia	Resp.
agosto	Cultura (angariação de verbas)	Participação na Feira Medieval	09 a 18	Executado com sucesso
	Cultura (angariação de verbas)	Participação na Festa das Tradições	23 a 25	Executado com sucesso

P
J
Luís

Mês	Área	Nome da Atividade	Dia	Resp.
outubro	Apoio Comunitário e Social	Dia Mundial da Saúde Mental	10	Executado com Sucesso

Mês	Área	Nome da Atividade	Dia	Resp.
Novembro	Respostas Sociais e Educativas	São Martinho	11	Executado com sucesso
	Respostas Sociais e Educativas	Dia do Pijama	20	Executado com sucesso

Mês	Área	Nome da Atividade	Dia	Resp.
Dezembro	Apoio Social e Comunitário	Campanha de Recolha do Banco Alimentar Contra a Fome	1 e 2	Executado com sucesso
	Respostas Sociais e Educativas	Festa de Natal da Criança	13	Executado
	Apoio Comunitário e Social	Dia da Deficiência	4	Executado com Sucesso
	Cultura	Comemoração do Aniversário	15	Executado com sucesso
	Desporto	Marcha-Corrída	1	Executado sem sucesso

Mês	Área	Nome da Atividade	Dia	Resp.
Abril	Respostas Sociais e Educativas	Exposição Semana da Família – “Somos um povo - as nossas tradições”.	15 a 26	Executada com sucesso
	Desporto	7º Gymfest	13	Executado
	Desporto	Encontro de Andebol “Bambis e Minis”	19	Executado sem sucesso
	Respostas Sociais e Educativas	Ação de informação “...ai...ai...soninho que não chegas!”	Entre 15 a 26 de abril	Não Executada

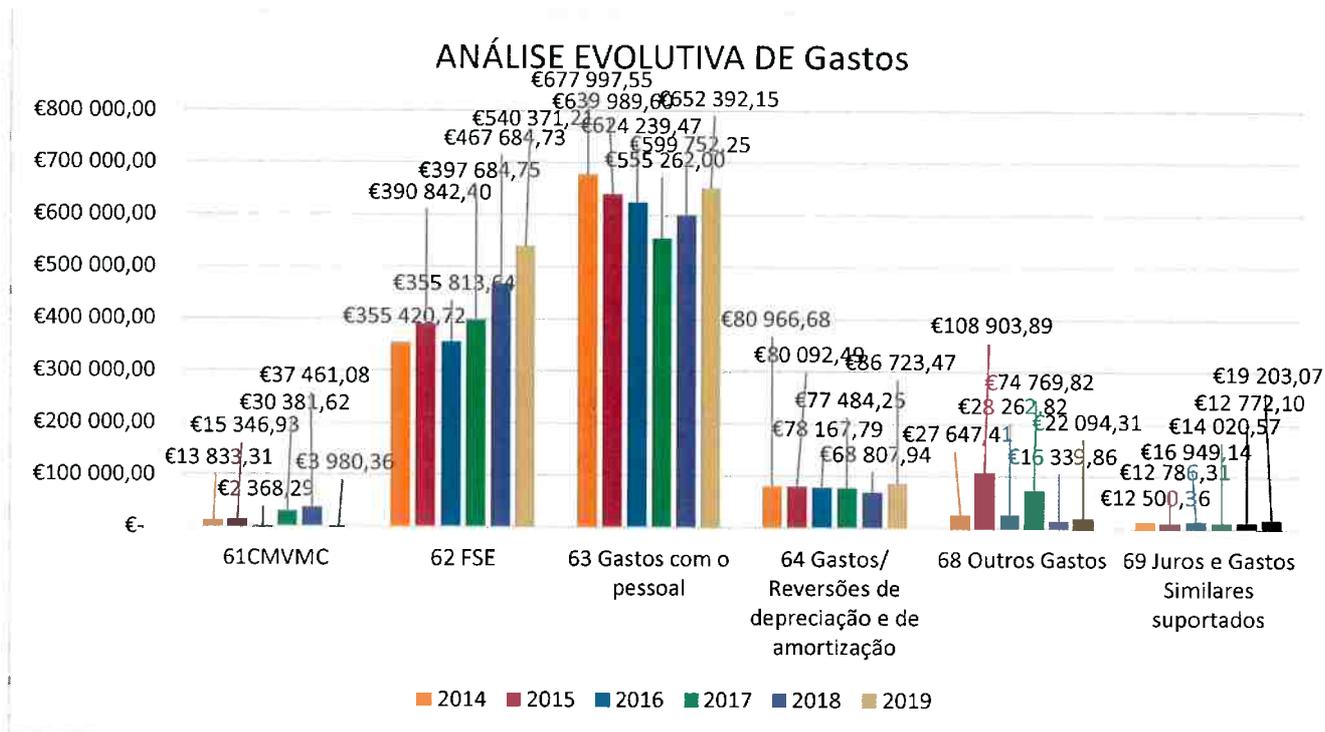
Handwritten notes:
 P
 S
 Defect
 7

Mês	Área	Nome da Atividade	Dia	Resp.
Mai	Respostas Sociais e Educativas	Dia aberto à família	15	Executada com sucesso
	Desporto	XV Sarau Gímnico	4	Executado com sucesso
	Desporto	Maratona Fitness	17	Não executado
	Apoio Comunitário e Social	Campanha de Recolha do Banco Alimentar Contra a Fome	25 e 26	Executado com Sucesso
	Respostas Sociais e Educativas	Dia mundial do brincar	28	Executado com sucesso

Mês	Área	Nome da Atividade	Dia	Resp.
junho	Respostas Sociais e Educativas	Festa de Final de Ano	15	Executado com sucesso
	Cultura	Teatro de Revista	<u>29</u>	Executado com sucesso

- **na conta 72**, houve uma diminuição na ordem dos 4 mil euros, devido à quebra de receita nalgumas atividades desportivas e sociais, nomeadamente, Judo, Campo de Férias, Atividades Formativas e Ocupacionais, Cantina Social e o CAF, que já se encontra encerrada.
- **na conta 75**, houve um aumento na ordem dos 69 mil euros, nas respostas sociais e educativas, mais concretamente nas Atividades de Enriquecimento Curricular e uma pequena parcela na valência creche devido a atualização dos Acordos de Cooperação.
- **na conta 78**, houve um aumento de 7 mil euros, devido a uma subida da nossa prestação de serviços relacionada com os Transportes Escolares.

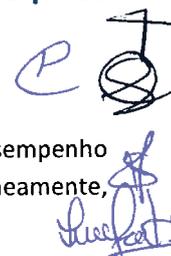
Handwritten notes and signatures:
 P
 S
 Sufat
 7



De acordo com o gráfico apresentado, em relação à evolução dos gastos perante o ano transato, verifica-se:

- **na conta 61**, houve uma diminuição na ordem dos 34 mil euros.
- **na conta 62**, houve um aumento na ordem dos 72 mil euros, devido as várias componentes, a um acréscimo de gastos na conta de honorários dos nossos prestadores de serviços, na valência das AEC, a um acréscimo de gasto na manutenção das viaturas por estas estarem numa fase terminal de utilização.
- **na conta 63**, houve um aumento na ordem dos 53 mil euros, devido a um aumento do número de colaboradores no quadro de pessoal, às atualizações salariais, à progressão na carreira profissional e ao aumento do prémio de seguro dos acidentes de trabalho.
- **na conta 64**, houve um aumento na ordem dos 18 mil euros, devido a este ano a instituição realizar obras de manutenção e reestruturação do edifício e adquirir alguns ativos, estes foram amortizados à respetiva taxa apresentando apenas o custo do próprio ano.
- **na conta 68**, houve um aumento na ordem dos 6 mil euros, devido a regularização de quotas incobráveis e gastos relacionados com o IVA não reembolsado.
- **na conta 69**, houve um aumento na ordem dos 7 mil euros, devido à realização de dois empréstimos na CGD.

8. Relatório de Gestão 2019 – Notas Explicativas

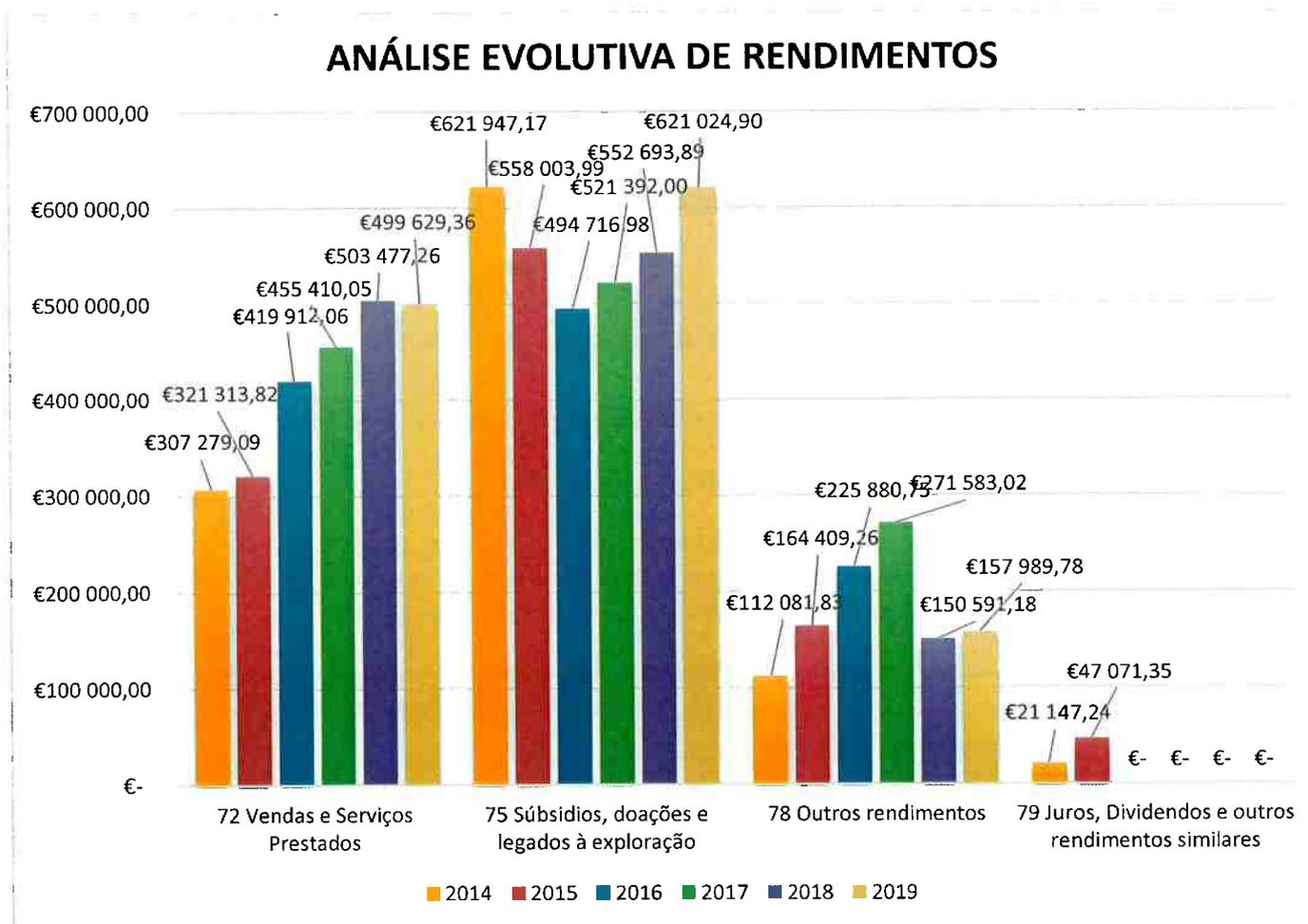


O objetivo das demonstrações financeiras é de proporcionar informação fiável acerca da posição e do desempenho financeiro da Instituição e que seja útil nas recetivas tomadas de decisões económicas, permitindo, simultaneamente, mostrar os resultados da gestão e dos recursos que lhes foram confiados e colocados à disposição.

Para satisfazer estes objetivos, as demonstrações financeiras proporcionam informação acerca dos ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos.

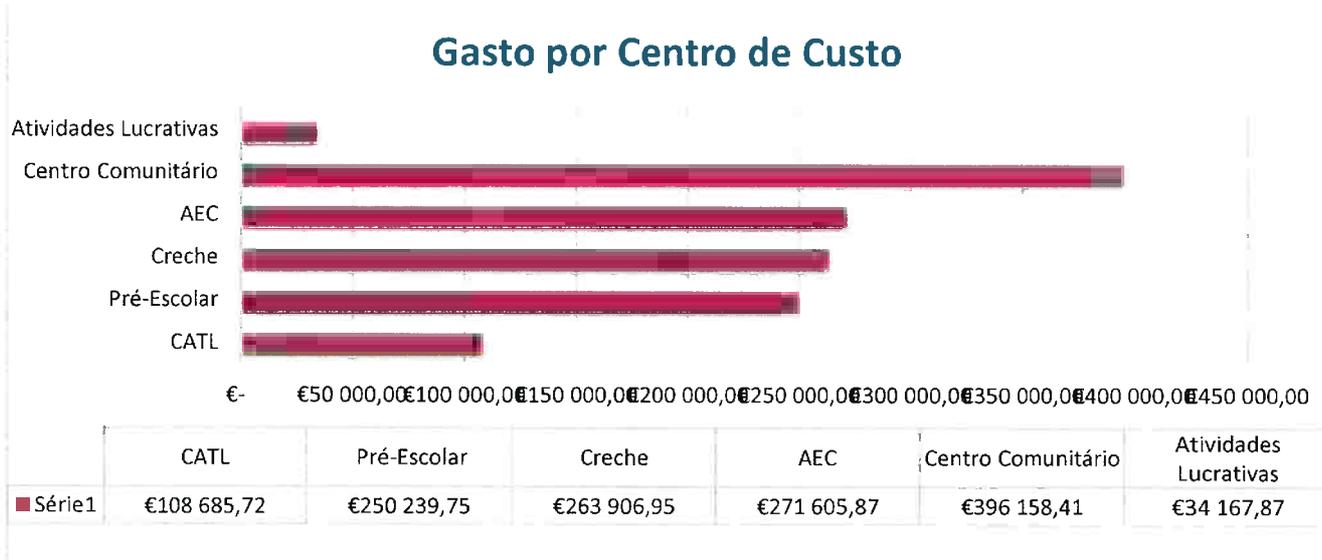
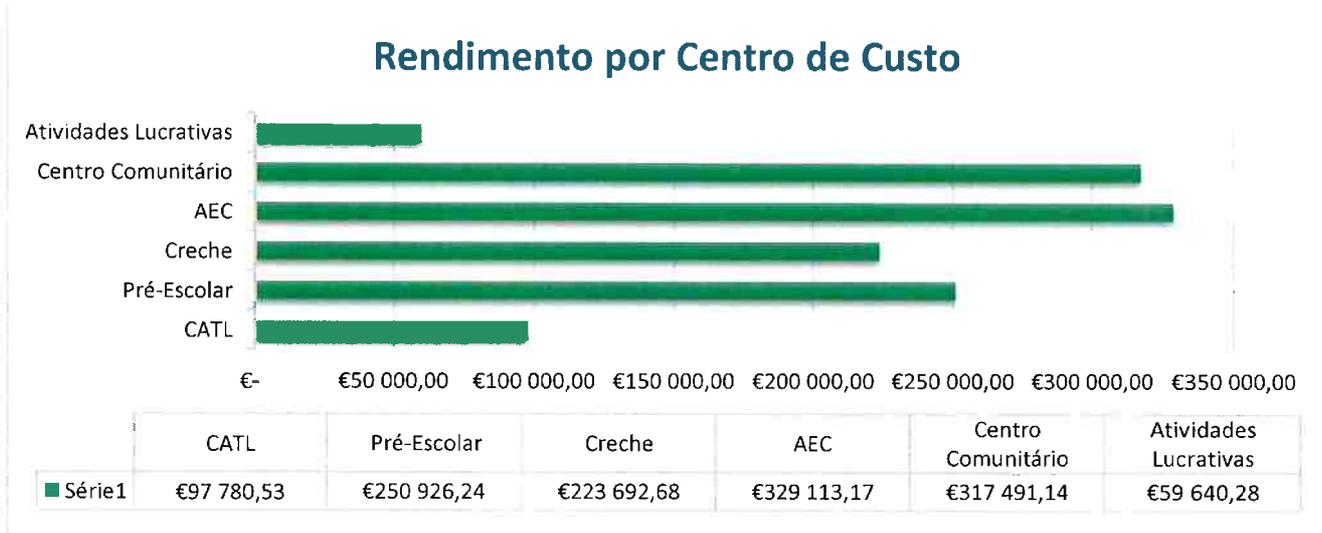
As informações, contidas em mapas como o balanço, as demonstrações de resultados, juntamente com informação contida nas notas explicativas, ajudam a perceber as demonstrações financeiras e a prever os futuros fluxos de caixa da entidade, a sua tempestividade e grau de incerteza.

As demonstrações económico-financeiras (apresentadas em anexo) revelam um **resultado líquido do exercício negativo de -46.120,53€**, que resulta unicamente das obras levadas a cabo durante este ano, considerando que, com a adoção do SNC-ESNL as informações de natureza económica e financeira encontram-se explicadas com grande detalhe nas Demonstrações Financeiras, pelo que se remete para o mesmo a explicação da formação dos resultados líquidos.



De acordo com o gráfico apresentado, em relação à evolução dos rendimentos perante o ano transato, verifica-se:

Os gráficos abaixo demonstram os rendimentos e gastos pelos diversos centros de custos:



De acordo com as normas contabilísticas o Resultado Líquido Negativo do exercício, no montante de -46.120,53€, irá transitar para a conta de resultados transitados.

Todas as peças contabilísticas da instituição foram elaboradas de forma a transmitir com clareza e de forma explícita as nossas contas, obedecendo às normas contabilísticas e fiscais SNC ESNL.

São Bartolomeu de Messines, de 4 de junho de 2020

A Direção da Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines,

João Carlos Sousa Araújo
Luís Miguel Colares
Luís Miguel Colares

Luís Miguel Colares
Luís Miguel Colares

Luís Miguel Colares

Apresentando em
Assembleia Geral de
Sócios a 22/06/2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	1	499.629,36	503.477,26
Subsídios, doações e legados à exploração	2	621.024,90	552.693,89
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3	3.980,36	37.461,08
Fornecimentos e serviços externos	4	540.371,21	467.684,73
Gastos com o pessoal	5	652.392,15	599.752,25
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	6	157.989,78	150.591,18
Outros gastos	7	22.094,31	16.339,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		59.806,01	85.524,41
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	86.723,47	68.807,94
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-26.917,46	16.716,47
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	9	19.203,07	12.772,10
Resultados antes de impostos		-46.120,53	3.944,37
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-46.120,53	3.944,37

João Matias
 222913231
 91502

João Carlos Sousa Araújo
Luís Miguel de Almeida
Francisco Sérgio Correia
Luís Carlos
Carla de Jesus Almeida


 Ass. de Utilidade Pública
 IPSS
 Nif. 501069542
 282333130
 Rua João de Deus
 8375 - 127 S. B. Messines

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1	1 940 465,11	1 594 937,03
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Outros Créditos e Ativos Não Correntes		0,00	0,00
Ativos intangíveis	2	5 592,38	5 592,38
Investimentos financeiros	3	500,00	500,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		1 946 557,49	1 601 029,41
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes / Créditos a receber	4	14 243,59	19 785,76
Adiantamento a Fornecedores		0,00	0,00
Outras Contas a Receber	5	37 209,54	32 874,74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	6	1 232,04	3 354,33
Diferimentos		0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	7	31 901,06	4 469,24
		84 586,23	60 484,07
Total do ativo		2 031 143,72	1 661 513,48
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8	61 066,83	61 066,83
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	9	-362 536,58	-366 480,95
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10	1 407 193,88	1 369 993,08
		1 105 724,13	1 064 578,96
Resultado líquido do período		-46 120,53	3 944,37
Total dos fundos patrimoniais		1 059 603,60	1 068 523,33
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Empréstimos bancários - Passivo Não Corrente	11	440 991,62	106 542,14
Outras contas a pagar	12	136 000,00	105 000,00
Outros financiadores M/L Prazo	13	56 395,68	79 794,24
		633 387,30	291 336,38
Passivo corrente			
Fornecedores	14	235 826,23	145 001,63
Adiantamento de Clientes	15	5,00	2 788,73
Estado e outros entes públicos	16	52 642,21	59 900,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Empréstimos bancários - Passivo Corrente	17	0,00	20 000,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras Contas a Pagar	18	49 679,38	73 963,03
Outros Passivos Financeiros		0,00	0,00
		338 152,82	301 653,77
Total do passivo		971 540,12	592 990,15
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 031 143,72	1 661 513,48

A Direcção

O responsável

João Carlos Sousa Araújo
João Carlos Sousa Araújo

João Matias
João Matias

Dr. João S. Soares
F3M - Information Systems, SA
Processado por Computador


Ass. de Utilidade Pública
IPSS
Nif. 501069542
282333130
Rua João de Deus
8375 - 127 S. B. Messines

222913231

91502

cul de Jesus Almeida 6514

Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		424 878,04	455 694,01
Pagamentos de subsídios		-545 135,62	-469 867,62
Pagamentos de apoios		-253,47	-459,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		591 890,21	319 210,57
Pagamentos ao pessoal		450 985,00	355 428,02
Caixa gerada pelas operações		-72 608,08	251 382,04
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		100 039,90	-261 404,26
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		27 431,82	-10 022,22
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		27 431,82	-10 022,22
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 469,24	14 491,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período		31 901,06	4 469,24

A Direcção

O Responsável

João Carlos Sousa Araújo
Américo Loureiro
Diogo S. P. Pereira
Luís Fátima
Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines

João Carlos Sousa Araújo

222913231

91502

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições vigentes, designadamente a alínea b) do artigo 38º dos Estatutos da Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines, vem o Conselho Fiscal dar o parecer sobre o Relatório e Contas apresentadas pela Direção com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Conselho Fiscal acompanhou durante o exercício de 2019 as atividades desta Instituição, efetuando as conferências e sondagens que julgou necessárias.

É opinião deste Conselho Fiscal que o Relatório e Contas, apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira, não se verificando violações da Lei e dos Estatutos.

Nestes termos, vem o Conselho Fiscal propor à Assembleia-geral que sejam aprovados o Relatório de Atividades e Contas da Direção relativas ao exercício de 2019.

São Bartolomeu de Messines, 4 de junho de 2020.

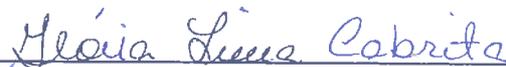
O Conselho Fiscal



(Mário Manuel Caldeira Guerreiro e Gorjão, Presidente)



(Emília Adelaide Sequeira Inácio, 1º Secretário)



(Glória Maria Ribeiro de Lima Cabrita, 2º Secretário)

2
8
T
Lead
fect

Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines

Anexo

17 de junho de 2020

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	18
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	18
6	Ativos Intangíveis	22
7	Locações	23
8	Custos de Empréstimos Obtidos	24
9	Inventários	24
10	Rédito	25
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	25
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	26
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	26
14	Imposto sobre o Rendimento	26
15	Benefícios dos empregados	26
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	27
17	Outras Informações.....	27
17.1	Investimentos Financeiros	27
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	28
17.3	Clientes e Utentes	28
17.4	Outras contas a receber	29
17.5	Diferimentos	29
17.6	Outros Ativos Financeiros	29
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	29
17.8	Fundos Patrimoniais.....	30
17.9	Fornecedores	30
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	30
17.11	Outras Contas a Pagar	31
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	31
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	31
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	31

17.15 Outros rendimentos.....	32
17.16 Outros gastos	32
17.17 Resultados Financeiros.....	32
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	33





1 Identificação da Entidade

A “Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines” é uma Associação de Utilidade Pública de base associativa, registada como IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social (livro n.º 117/98 fls 117), constituída por tempo indeterminado, com o objetivo de promover o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades, especialmente as do meio rural, que atua nas áreas sociais, educativas, de apoio à deficiência, culturais, desportivas e de lazer.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão

P
 T
 J
 J
 J

evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	
Equipamento de transporte	
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	
Outros Activos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua

vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.



Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:

P
7
Sufact
J

- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

P
7
S
L
S

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b). As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c). As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2018			Saldo final
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	
Custo				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

No período de 2019, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2 319 357,26					2 319 357,26
Equipamento básico	233 228,63					239 703,42
Equipamento de transporte	136 182,36					136 182,36
Equipamento biológico	112 435,19					112 435,19
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	78 945,78					78 945,78
Total	2 880 149,22	0,00	0,00	0,00	0,00	2 886 624,01
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	734 005,28					785 772,86
Equipamento básico	199 388,30					204 855,77
Equipamento de transporte	112 648,42					123 875,17
Equipamento biológico	104 812,74					105 121,25
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	72 024,30					72 061,93
Total	1 222 879,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1 291 686,98

Descrição	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2 319 357,26					2 697 380,92
Equipamento básico	239 703,42					265 898,79
Equipamento de transporte	136 182,36					160 682,36
Equipamento biológico	112 435,19					123 122,56
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	78 945,78					71 790,93
Total	2 886 624,01	0,00	0,00	0,00	0,00	3 318 875,56
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	785 772,86					845 666,68
Equipamento básico	204 855,77					211 186,38
Equipamento de transporte	123 875,17					142 307,37
Equipamento biológico	105 121,25					106 775,50
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	72 061,93					72 474,52
Total	1 291 686,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1 378 410,45

Descrição	2019			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2018 e 2019, foram os seguintes:

Descrição	2018					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2019					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Descrição

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	5 592,38					5 592,38
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	5 592,38	0,00	0,00	0,00	0,00	5 592,38
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	5 592,38					5 592,38
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	5 592,38	0,00	0,00	0,00	0,00	5 592,38
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2019			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2019			2018		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2 697 380,92	845 666,68	1 851 714,24	2 319 357,26	785 772,86	1 533 584,40
Equipamento básico	265 898,79	211 186,38	54 712,41	239 703,42	204 855,77	34 847,65
Equipamento de transporte	160 682,36	142 307,37	18 374,99	136 182,36	123 875,17	12 307,19
Equipamento biológico	123 122,56	106 775,50	16 347,06	112 435,19	105 121,25	7 313,94
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	71 790,93	72 474,52	-683,59	78 945,78	72 061,93	6 883,85
Total	3 318 875,56	0,00	1 940 465,11	2 886 624,01	1 291 686,98	1 594 937,03

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2019			2018		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	440 991,62	440 991,62	20 000,00	106 542,14	126 542,14
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	440 991,62	440 991,62	20 000,00	106 542,14	126 542,14

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2019			2018		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018				2019		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	7 060,70	0,00	0,00	1 718,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 249,52	24 931,50	0,00	0,00	2 964,36	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00

Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	4 249,52	31 992,20	0,00	0,00	4 682,36	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				37 461,08			3 980,36
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	356 552,31	398 605,58
Quotas e joias	7 496,00	7 196,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	1 360,67	3 439,52
Dividendos	0,00	0,00
Total	365 408,98	409 241,10

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2018 e 2019, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2018	Aumentos	Diminuições	2019
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

O aumento/diminuição da provisão “mencionar qual a rubrica da provisão” deve-se ao facto de “indicar o motivo”.

Passivos contingentes

“Relatar os passivos contingentes existentes, bem como os efeitos que podem ter e quais as incertezas que o mesmo acarreta, devendo ser indicado se existe a possibilidade de haver um exfluxo associado ao referido passivo contingente.”

P

R

T
beefert**Ativos contingentes**

“Descrever quais os ativos contingentes existentes e que efeitos estes podem ter”

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo		
Apoios do Governo		
Total	0,00	0,00

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2019 e 31/12/2018, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2019				2018			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2019	2018
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2019 e 2018, foram, respetivamente “X” e “X”. De um período para outro verificou-se a saída do(a) Exmo(a) Sr(a) “X” tendo sido substituído(a) pelo(a) Exmo(a) Sr(a) “”

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2011 foi de "X" e em 31/12/2009 foi de "X".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	4 167,00	4 235,40
Remunerações ao pessoal	524 190,15	478 855,30
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	-199,60	-816,63
Encargos sobre as Remunerações	115 567,00	106 616,88
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 429,35	6 675,22
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	3 238,25	4 186,08
Total	652 392,15	599 752,25

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2012 e 2011, foram de 0,00€ em cada um dos períodos.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2019	2018
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00

Outros investimentos financeiros	500,00	500,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	500,00	500,00

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	3 137,00	5 502,42
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	3 137,00	5 502,42
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	1 904,96	2 148,09
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	1 904,96	2 148,09

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2019 e 2018, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutualidades - capitais vencidos a pagar				
Beneficiários das mutualidades - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	10 392,59	15 255,19
Utentes	3 851,00	4 530,57
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	-208 286,33	-117 185,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	57,00	50,69
Depósitos à ordem	4 412,24	14 440,77
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	4 469,24	14 491,46

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	64 421,16	0,00	-2 122,29	62 298,87
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-366 480,95	3 944,37	0,00	-362 536,58
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 369 993,08	37 200,80	0,00	1 407 193,88
Total	1 067 933,29	41 145,17	-2 122,29	1 106 956,17

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	208 286,33	117 185,00
Fornecedores títulos a pagar	27 539,90	27 816,63
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	235 826,23	145 001,63

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	28 952,57	1 626,07
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	28 952,57	1 626,07
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 063,12	628,99
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	7 525,81	16 556,65
Segurança Social	34 629,55	34 318,42
Outros Impostos e Taxas	7 699,83	16 712,08
Total	51 918,31	68 216,14

Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes		
Utentes		
Total	-194 042,74	-97 399,24

P
7
Secret
[Signature]

Nos períodos de 2019 e 2018 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2019	2018
Cientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Remunerações a pagar ao pessoal	-31 669,46	-55 204,33
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	12 979,31
Outras operações	-640,60	-1 389,38
Outros Devedores	8 256,97	18 269,36
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	-24 053,09	-25 345,04

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2019	2018
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	87 600,25	79 086,84
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	432,84	1 723,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	58,74
Outros rendimentos	69 956,69	69 722,60
Total	157 989,78	150 591,18

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	13 758,54	13 766,37
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	2 875,92	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	5 397,35	2 573,49
Total	22 031,81	16 339,86

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	19 203,07	12 772,10
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	19 203,07	12 772,10
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-19 203,07	-12 772,10

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho Administrativo/Administração/... em 04 de junho de 2020

São Bartolomeu de Messine, 04 de junho de 2020

O Contabilista Certificado



A Direcção



Ass. de Utilidade Pública
IPSS
Nif. 501069542
282333130
Rua João de Deus
8375 - 127 S. B. Messines

